



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000823-72.2024.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Comunicação - ASCOM e Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC.

ASSUNTO: Final - Dispensa de licitação - Solução de TIC - Contratação e plano de assinatura de software *Adobe Creative Cloud PRO for Teams*, todos aplicativos, por um período de 12 (doze) meses. - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 118 / 2024 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Assessoria de Comunicação - ASCOM, visando à contratação de plano de assinatura de software *Adobe Creative Cloud PRO for Teams*, todos aplicativos, por um período de 12 (doze) meses.

02. Após instrução inicial, o processo foi objeto de análise desta unidade que, por meio do Parecer Jurídico nº 101/2024 ([1161816](#)), concluiu:

I - Conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação da SOLUÇÃO DE TIC - plano de assinatura de *software Adobe Creative Cloud PRO for Teams*, na forma prevista pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ nº 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022;

II - Dada a notícia de pluralidade de fornecedores autorizados pela fabricante para comercializar o produto no Brasil, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, **pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, na forma sugerida pela EPC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022;

Conforme já apontado no **item 8 deste parecer**, a programação orçamentária da despesa foi juntada ao processo no evento ([1159966](#)), oportunidade em que a SPOF registrou, em ambos, que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."

III - Caso autorizada a DISPENSA ELETRÔNICA pelo titular da SOFC, remessa à ASLIC, na forma do item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022 para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação conforme itens 18 e seguintes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registra-se que há modelo padronizado de aviso de dispensa eletrônica (evento [0925036](#)) aprovado no âmbito deste Tribunal pela **Portaria 435/2022-DG** ([0926736](#)), situação que dispensa a análise desse documento por esta unidade jurídica (§ 5º, art. 53, Lei nº 14.133/21).

44. Consoante justificativa da unidade inserida no ETP ([1149233](#)) para não aplicação da exclusividade às **microempresas e empresas de pequeno porte**, com fulcro no **art. 49, III, da Lei nº 123/2006, poderá ser afastada na presente Dispensa Eletrônica a exclusividade** prevista no **art. 48, I, da Lei nº 123/2006**.

45. Por fim, de acordo com o que já exposto neste parecer, faz-se necessário reiterar os seguintes registros para orientação das unidades responsáveis por contratações de Soluções de TIC, para os quais a SAC deverá observar com rigor:

I - Quando do processamento de contratações de SOLUÇÕES de TIC, com valores atualizados estimados dentro dos patamares de dispensa legal, previstos no **art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021**, em cumprimento ao § 1º do **art. 1º da Resolução CNJ nº 468/2022**, observe o seguinte procedimento:

i. verifique inicialmente a real necessidade de formação de equipe de planejamento da contratação, estudo técnico preliminar, mapa de riscos e equipe de gestão e fiscalização de contrato. **Deve-se registrar que a eventual análise das soluções disponíveis no mercado não implica necessariamente na elaboração de um ETP, isso porque o estudo das soluções pode ser perfeitamente realizado no capítulo 4 do TR padronizado.**

ii. **caso não seja**, adotar o procedimento simplificado estabelecido pela **Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022**, o qual elenca como **obrigatório** apenas:

a) Documento de Formalização de Demanda (DFD)/Solicitação de Contratação - que no caso de soluções de TIC será **sempre** substituído pelo Documento de Oficialização de Demanda (DOD), ARTEFATO I do Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário, com as alterações indicadas no item 20 deste parecer;

b) Informação conclusiva do valor estimado da despesa;

c) Termo de referência.

03. Pelo Despacho nº 1066/2024 ([1161848](#)), o Secretário da SAOFC acolheu as conclusões do referido parecer jurídico, autorizou à contratação por meio de **DISPENSA ELETRÔNICA** e encaminhou o processo à **ASLIC**, para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação, de acordo com item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022.

04. A **ASLIC** trouxe ao processo o Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90006/2024 ([1162877](#)), com as regras da contratação, devidamente divulgado e publicado, conforme documentos comprobatórios juntados no evento ([1162879](#)).

05. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) publicação do aviso da Dispensa Eletrônica no sistema Compras.gov.br e divulgação no site deste Tribunal ([1162879](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) relatório de propostas extraído do Portal ComprasGov ([1166160](#));

c) proposta e documentos de habilitação da cotante TECNETWORKING SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA - CNPJ 21.748.841/0001-51, que teve sua proposta aceita e foi habilitada ([1168451](#)) ([1168519](#)) ([1168532](#));

d) manifestação da ASCOM quanto à aceitação da proposta e da documentação de capacidade técnica ([1168554](#)) da empresa habilitada no certame: TECNETWORKING SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA - CNPJ 21.748.841/0001-51, no valor de R\$29.950,00 (vinte e nove mil, novecentos e cinquenta reais);

e) extrato do resultado do certame ([1168571](#));

06. Por fim, o Agente de Contratação registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 20/2024, com vistas à apreciação superior, decisão e deliberação quanto à adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa ([1168574](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pelo Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1168575](#)).

É o necessário relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

07. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do § 3º do art. 75 c/c art. 174, I, da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, do Parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também a constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([1162877](#)).

08. Passa-se à análise dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Agente de Contratação:

a) **propostas comerciais:** Estão registradas no relatório de propostas extraído do sistema ([1166160](#)).

c) **Item deserto:** Não houve;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Cancelados na Aceitação: Não houve;

e) Aceitação/negociação:

Considerando o relatório de ocorrência ([1168574](#)) e os respectivos dados reproduzidos nos relatórios juntados ao processo pelo agente de contratação, definiu-se a empresa **TECNETWORKING SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA - CNPJ 21.748.841/0001-51**, ofertante do menor preço, de acordo com a proposta ajustada contida no evento [1168519](#), sobre a qual houve manifestação da ASCOM ([1168554](#)), que atendeu aos requisitos de habilitação para o item objeto do aviso de dispensa eletrônica, de acordo com os documentos juntados nos eventos [1168451](#) e [1168532](#).

Nota-se que a referida empresa registra provável **ocorrência impeditiva indireta** de fornecedor no SICAF ([1168451](#), p.2). Isso porque, pelo que ali noticiado, há CPF comum do seu responsável legal com sócio ou administrador da empresa - TRICORDER INFORMATICA LTDA, CNPJ 28.800.572/0001-74, que se encontra suspensa temporariamente de licitar e contratar com a Administração, de acordo com art. 87, III, da Lei nº 8.666/93. Contudo, tal ocorrência não repercutirá sobre a participação no certame em análise porque a referida sanção produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador, no caso a Procuradoria Geral do Distrito Federal. Nesse sentido é a pacífica jurisprudência do TCU, como no Acórdão nº 269/2019 - Plenário.

III – CONCLUSÃO

10. Por todo o exposto, trazendo ainda a esta as conclusões do Parecer Jurídico nº 101/2024 ([1161816](#)), esta Assessoria Jurídica opina:

I - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação da Solução de TIC - Contratação e plano de assinatura de software *Adobe Creative Cloud PRO for Teams*, todos aplicativos, por um período de 12 (doze) meses, na forma prevista pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ nº 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022;

II - pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica nº 90006/2024, nos exatos contornos registrados no extrato da dispensa ([1168571](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1168574](#)), **para adjudicação do seu**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objeto à cotante TECNETWORKING SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA - CNPJ 21.748.841/0001-51, pelo valor total de R\$29.950,00 (vinte e nove mil, novecentos e cinquenta reais).

i. conforme já apontado no **item 8** do Parecer Jurídico nº 101/2024, a programação orçamentária da despesa foi juntada ao processo no evento ([1159966](#)).

ii. conforme anotado no Parecer Jurídico nº 101/2024 ([1161816](#)), recomenda-se que quando do processamento de contratações de Soluções de TIC, com valores atualizados estimados dentro dos patamares de dispensa legal, previstos no **art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021**, se verifique inicialmente a real necessidade de formação de equipe de planejamento da contratação, estudo técnico preliminar, mapa de riscos e equipe de gestão e fiscalização de contrato, além das seguintes orientações aqui novamente reproduzidas:

I - Quando do processamento de contratações de SOLUÇÕES de TIC, com valores atualizados estimados dentro dos patamares de dispensa legal, previstos no **art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021**, em cumprimento ao § 1º do **art. 1º da Resolução CNJ nº 468/2022**, observe o seguinte procedimento:

i. verifique inicialmente a real necessidade de formação de equipe de planejamento da contratação, estudo técnico preliminar, mapa de riscos e equipe de gestão e fiscalização de contrato. **Deve-se registrar que a eventual análise das soluções disponíveis no mercado não implica necessariamente na elaboração de um ETP, isso porque o estudo das soluções pode ser perfeitamente realizado no capítulo 4 do TR padronizado.**

ii. **caso não seja**, adotar o procedimento simplificado estabelecido pela **Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022**, o qual elenca como **obrigatório** apenas:

a) Documento de Formalização de Demanda (DFD)/Solicitação de Contratação - que no caso de soluções de TIC será **sempre** substituído pelo Documento de Oficialização de Demanda (DOD), ARTEFATO I do Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário, com as alterações indicadas no item 20 deste parecer;

b) Informação conclusiva do valor estimado da despesa;

c) Termo de referência.

III - pela homologação do certame pela autoridade competente, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021;

11. Após a decisão da autoridade superior e demais providências para a contratação, deverá ocorrer a divulgação e disposição do público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO do ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

12. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à habilitação ou aceitação do objeto.

Ao senhor **Secretário da SAOFC** para fins da manifestação prevista no **item 21 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022** e continuidade da tramitação.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 23/05/2024, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1168892** e o código CRC **62F9534C**.